

Senado impede pagamentos até fevereiro

BRASÍLIA — A Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, terá que adiar para fevereiro qualquer pagamento aos bancos credores privados internacionais. Ontem, por pressão das oposições, lideradas pelo PMDB, o Senado aprovou a Resolução 76, que impede o pagamento dos atrasados da dívida externa sem consulta ao senadores, que esta semana entram em recesso e só voltam à atividades em 1 de fevereiro.

— A Resolução foi aprovada na marra — disse o Senador Severo Gomes (PMDB-SP), autor do projeto.

Segundo ele, pela manhã o Senador Oziel Carneiro (PDS-PA), emissário do Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, reuniu-se com o Líder do PMDB, Ronan Tito, para transmitir a intenção do Governo de negociar com seus credores internacionais sem os parâmetros rígidos pretendidos pelo Senado. A reação foi imediata. Ronan Tito e os líderes do PSB, Jamil Haddad, e do PDT, Maurício Correa, concordaram em rechaçar a proposta do Governo. O Líder do PMDB foi além: ameaçou não votar qualquer outra matéria no plenário do Congresso ou do Senado, colocando em risco a aprovação do Orçamento de 91.

A Resolução aprovada sofreu algumas modificações. Depois de ouvir, segundo um dos presentes, “uma aula sobre dívida externa”, o Líder do

PMDB, Oziel Carneiro, voltou a falar com o Ministro da Justiça, que apresentou as modificações pretendidas pela Ministra da Economia.

Assim, houve um acordo e duas emendas supressivas alteraram o parágrafo primeiro do Artigo 5, eliminando a condição de consulta prévia ao Senado e a possibilidade de, no recesso parlamentar, ser consultada a Comissão Representativa. O Líder do PDT convenceu os parlamentares de que, como tal Comissão é do Congresso, e não do Senado, seria inconstitucional que seus parlamentares deliberassem sobre assunto de competência exclusiva dos senadores, como é o caso das negociações da dívida externa.

O Senador Severo Gomes comemorava a decisão: “O Governo acabou se fritando na própria gordura. E tanta gente para falar e negociar que a Resolução ficou tão rigorosa quanto se pretendia inicialmente”, comentou. Ele se referia à vinculação das negociações às decisões do Senado, que na versão original impedia qualquer pagamento antes da conclusão das negociações. O Senado cedeu e o Governo acabou tendo um instrumento contra as pressões dos banqueiros por maiores pagamentos, como definiu o Senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto substitutivo ao de Severo Gomes.